

Desigualdades Raciais e de Gênero entre Crianças, Adolescentes e Mulheres no Brasil,
no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio





o ano 2000, 191 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles o Brasil, assumiram o compromisso de cumprir oito objetivos até o final de 2015. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) devem ajudar os países a assegurar melhores condições de vida a suas populações, contribuindo para a garantia de seus direitos fundamentais e estabelecendo uma aliança mundial para o desenvolvimento.

O cumprimento desse conjunto de metas, no entanto, só faz sentido se forem garantidas oportunidades iguais a cada cidadão, qualquer que seja sua raça, etnia, gênero ou faixa etária. As análises aqui apresentadas mostram que são as mulheres, as crianças e os adolescentes, em especial os indígenas e os negros, os mais vulneráveis à exclusão social e à violação de

seus direitos a uma renda digna, à educação, à saúde, a condições de vida adequadas.

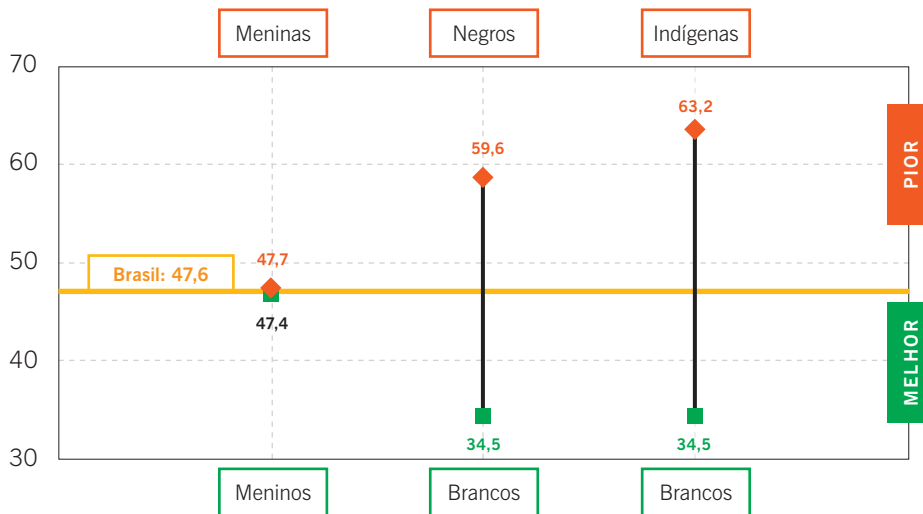
A intenção deste material não é esgotar o assunto, mas ilustrar como as iniquidades por raça/etnia e gênero afetam sobremaneira mulheres, crianças e adolescentes, e como é importante considerá-las não apenas nas análises sobre os ODM, mas também nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil.

Essa realidade somente será revertida com um esforço que reúna os governos de diversos países e em diferentes níveis, a sociedade civil e as empresas em torno da elaboração de políticas públicas efetivas no combate à pobreza, ao racismo e às desigualdades.

O UNICEF e o UNIFEM esperam que esses dados sejam úteis para sua reflexão e para sua ação.

ODM 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome

Percentual de crianças pobres, Brasil, 2004 (%)



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabela especial. Elaboração: IBGE/UNICEF
— Crianças pobres: vivendo em famílias com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.



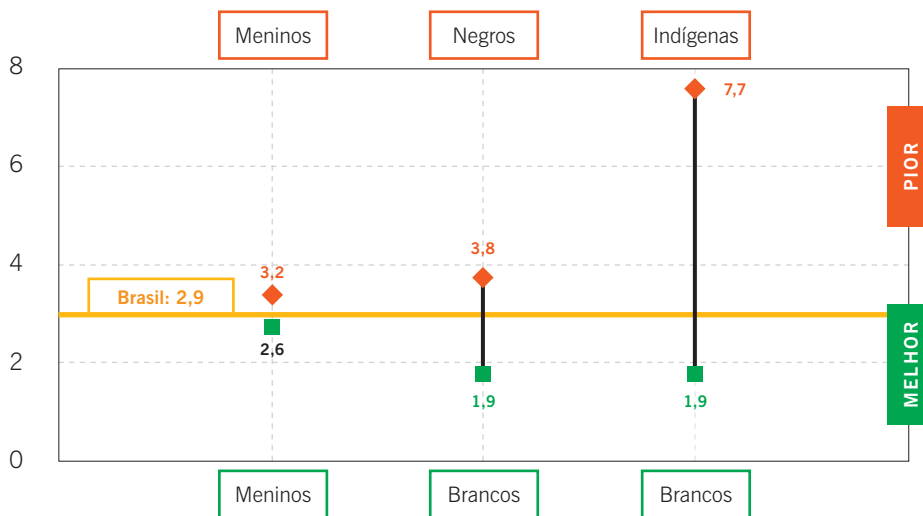
A pobreza no Brasil tem cara de criança. Dos mais de 50 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, quase 30 milhões são crianças e adolescentes, ou seja, 47,6% da população de meninos e meninas.

A pobreza no País também tem cor. Como se pode observar no gráfico acima, entre as crianças negras, a pobreza é quase duas vezes maior que entre as brancas e, entre as indígenas, a iniquidade é ainda maior.

Portanto, obter um efetivo impacto na erradicação da pobreza e da fome no País requer necessariamente a adoção de políticas para reduzi-la desde a pequena infância, em especial negra e indígena.

ODM 2 – Atingir o ensino básico universal

Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola, Brasil, 2004 (%)



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IBGE/UNICEF

No Brasil, mais de 800 mil crianças de 7 a 14 anos estão fora das salas de aula. Desses, cerca de 500 mil são negros. A escolarização é mais alta entre as meninas brancas.

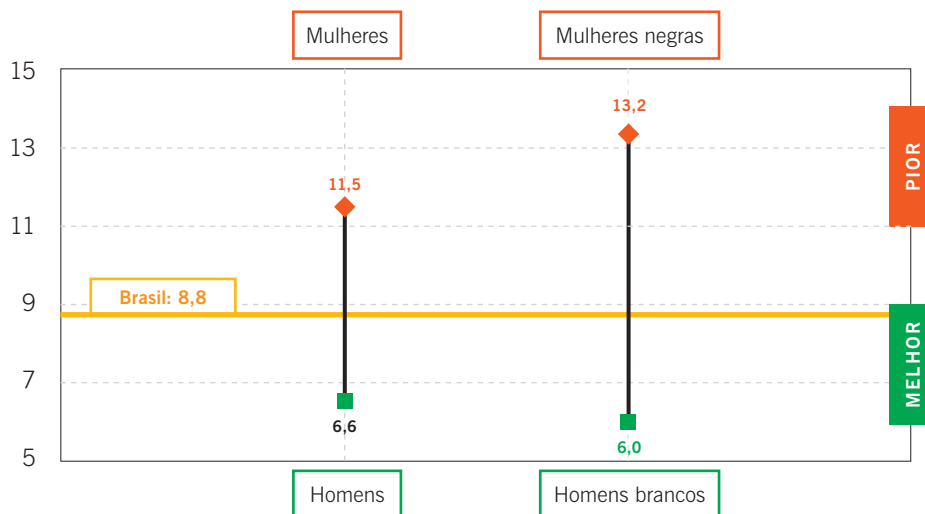
A proporção de crianças e adolescentes negros fora da escola é 30% maior que a média nacional e duas vezes maior que a proporção de crianças brancas que não estudam. Já entre as crianças indígenas, as chances de estar fora da escola aumentam em quatro vezes em relação às crianças brancas.

Atingir 100% de inclusão escolar até 2015 requer a elaboração e implementação de estratégias de acesso, permanência e aprendizagem específicos, que contemplem conteúdos que valorizem a diversidade e promovam a não-discriminação de gênero, raça e etnia.



ODM 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais, Brasil, 2004 (%)



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IPEA/UNIFEM



Apesar da maior escolarização das mulheres, o acesso ao mercado de trabalho é ainda desigual com relação ao gênero e à raça. Os homens têm o dobro de acesso ao mercado de trabalho, se comparados às mulheres. Entre as mulheres negras, o acesso ao mercado formal é duas vezes menor que entre os homens brancos.

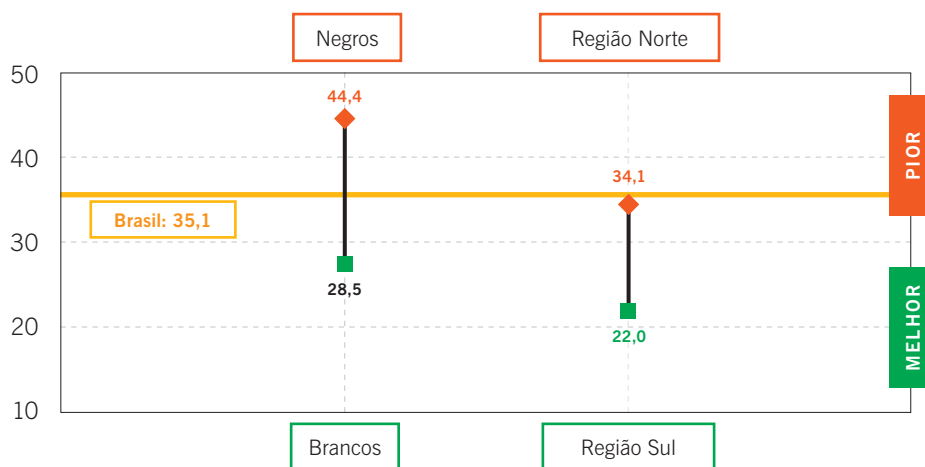
Em geral, as mulheres ocupam postos de trabalho mais relacionados aos serviços e cuidados, e com salários inferiores aos dos homens. Em 2003, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), homens brancos recebiam em média, por sua ocupação principal, R\$ 931,10, enquanto as mulheres brancas ganhavam R\$ 554,60, homens negros, R\$ 428,30, e mulheres negras, R\$ 279,70.

É preciso, portanto, que sejam criadas políticas de valorização de trabalhadoras mulheres e medidas que acompanhem, avaliem e monitorem as condições de trabalho e de renda em todo o País, apresentando sempre as informações por sexo e por raça/etnia.



ODM 4 – Reduzir a mortalidade infantil

Taxa de mortalidade na infância (menores de cinco anos de idade – por mil nascidos vivos), Brasil, 2000



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IPEA/UNIFEM

Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2000. Tabulação especial. Elaboração: IBGE/UNICEF

— As estimativas sobre mortalidade podem sofrer reavaliações. Os dados apresentados referem-se à informação trabalhada e divulgada em 2004 para o Relatório da Rede de Monitoramento Amiga da Criança.



Apesar da significativa redução da mortalidade infantil no Brasil nos últimos 15 anos, os avanços apontados pelas médias nacionais escondem iniquidades regionais e por raça e etnia.

A cada mil crianças brancas que nasceram no ano 2000, 28,5 morreram, número que sobe para mais de 44 entre as negras. Na região Norte, onde a população é predominantemente indígena e negra, a probabilidade de morte nessa faixa etária é 1,5 vezes maior que no Sul, onde a maior parte da população é branca.

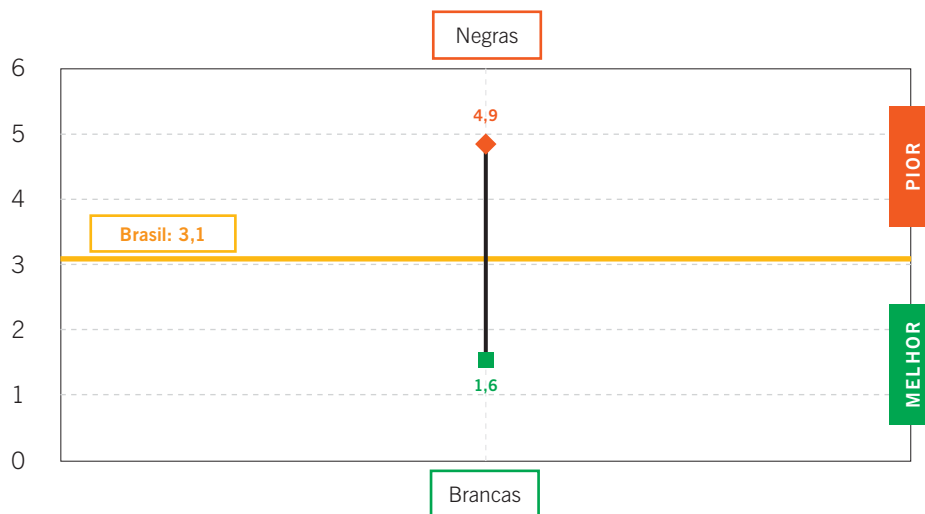
A redução dessas iniquidades requer a implementação de políticas, ações e serviços regionalizados, que considerem as condições locais, seu contexto cultural e ambiental, notadamente nas áreas rurais, comunidades quilombolas, aldeias indígenas e bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos.



UNICEF/BRZ/Luca Bonacini

ODM 5 – Melhorar a saúde materna

Percentual de mulheres sem acompanhamento pré-natal, Brasil, 2003



Fonte: MS / SINASC microdados. Elaboração: UNICEF



UNICEF/BRZ/Milia Pettilio



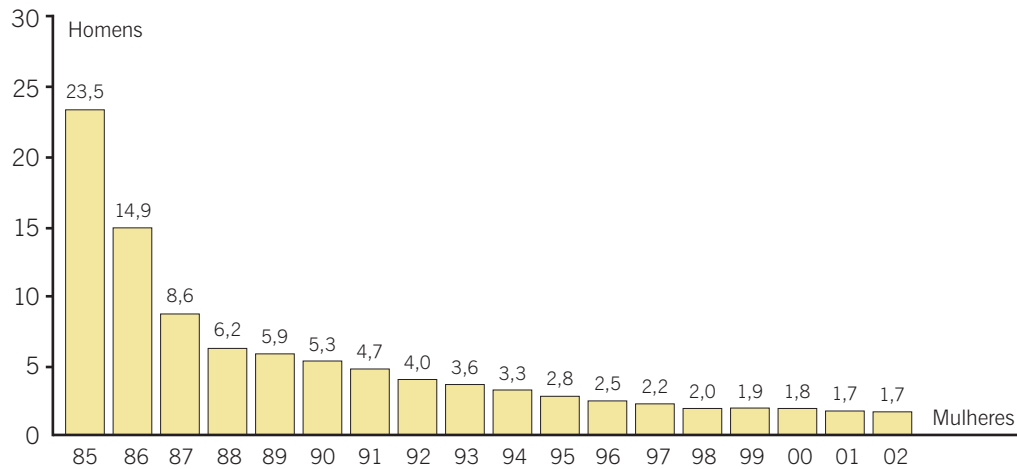
erca de 100 mil gestantes não fazem nenhuma consulta pré-natal no Brasil, procedimento primordial para garantir a saúde do bebê e da mãe. Entre as mulheres negras, a falta de acesso ao pré-natal é três vezes maior que entre as brancas.

Mais de 1,7 milhão de gestantes não fazem sete consultas pré-natais, mínimo recomendado para garantir a saúde da mulher e da criança. As mulheres negras representam quase 64% desse grupo, percentual que cai para 38,4% entre as brancas.

A desigualdade racial nesse indicador reflete não apenas a dificuldade de acesso ao serviço, mas também à sua qualidade. Muitas vezes, as mulheres negras e indígenas são vítimas do racismo nas próprias unidades de saúde. Garantir o acesso ao serviço às mulheres indígenas e negras, com respeito a suas características culturais, é um dos desafios para o desenvolvimento de políticas pela melhoria da saúde materna no Brasil.

ODM 6 – Combater o HIV/aids, a malária e outras doenças

Feminização da epidemia de HIV/aids, de 1985 a 2002



Fonte: PN DST/AIDS – SVS – MS.



Brasil tem um dos programas mais bem estruturados de combate ao HIV/aids, mas ainda enfrenta grandes desafios. A infecção pelo HIV continua a crescer entre mulheres e meninas. A pauperização da epidemia torna mais vulneráveis os negros, que representam 64% da população de baixa renda.

No início da epidemia, em 1985, havia 23,5 homens vivendo com o vírus para cada mulher. Em 2002 a proporção era de 1,7 homem para cada mulher, sendo que os dados mais recentes indicam uma tendência para a paridade de gênero.

O Boletim Epidemiológico do Programa Nacional de DST/aids do Ministério da Saúde, de 2005, mostra que a epidemia cresce mais na região Norte, onde há maior concentração de povos indígenas. De 1998 a 2004, o crescimento nessa região foi de 94,7%.

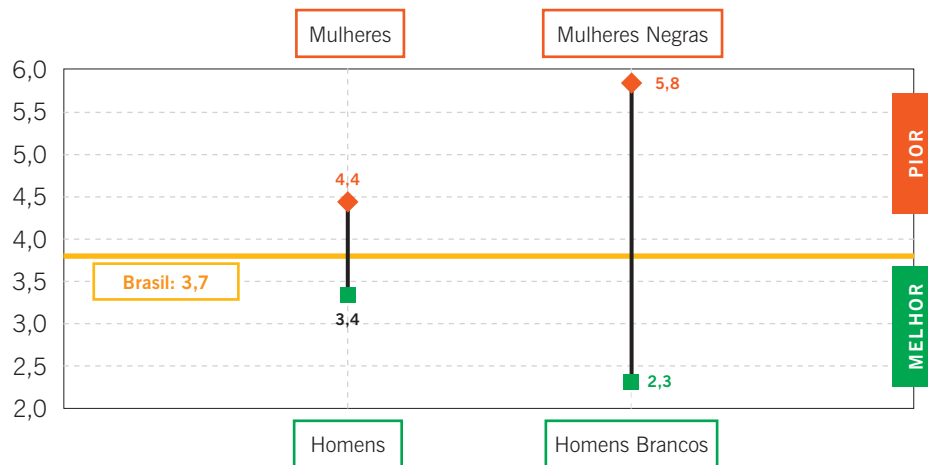
O enfrentamento à epidemia entre mulheres, negros e indígenas requer a disseminação da informação e a implementação de estratégias específicas de prevenção, conhecimento do status sorológico, tratamento, cuidados e combate à discriminação contra as pessoas que vivem com o vírus.



UNICEF/BRZ/Luca Bonacini

ODM 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental

Proporção de domicílios em assentamentos subnormais localizados nas áreas urbanas, segundo sexo e cor/raça do chefe de domicílio, Brasil, 2004



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IPEA/UNIFEM

— Assentamento subnormal: conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.



UNICEF/BRZ/Luca Bonacini



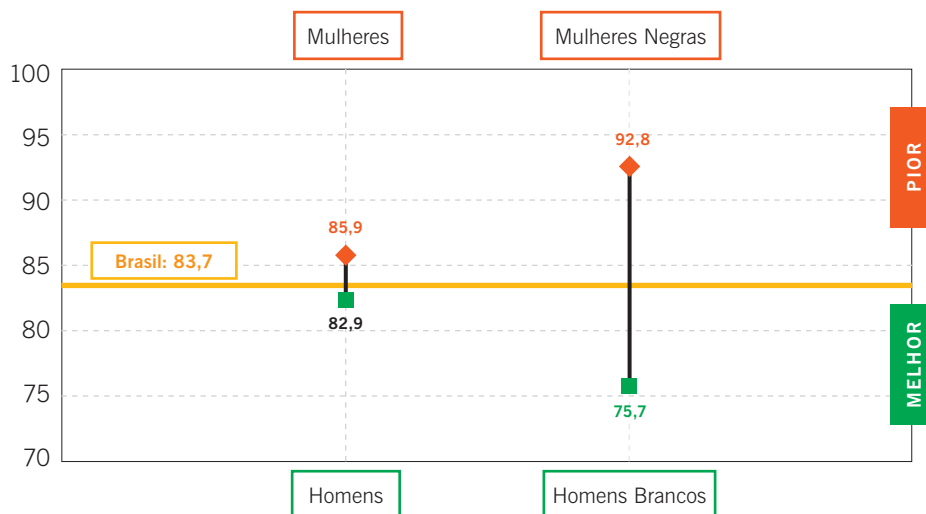
s domicílios chefiados por mulheres, em geral sem um companheiro, têm 70% mais chances de estar localizados em assentamentos subnormais que os chefiados por homens, que, em sua maioria, tem uma companheira. Entre as mulheres negras, a probabilidade é 2,5 vezes maior que entre os homens brancos.

Entre as residências chefiadas por mulheres brancas, 94,2% têm acesso à água tratada, percentual que cai para 86,4% entre as negras. Entre as crianças indígenas, 49,7% não têm acesso à água, enquanto 24,9% das negras e 10% das brancas na mesma situação.

As políticas públicas de ocupação urbana devem contemplar com prioridade os domicílios chefiados por mulheres e as diferentes realidades na concessão de crédito habitacional, desenvolvimento urbano, saneamento básico, água, etc. A sobrevivência e o desenvolvimento das pessoas dependem do acesso e controle sobre os recursos naturais. Portanto, o acesso a água, saneamento, energia, terra e biodiversidade é fundamental, devendo ser considerado nas políticas de desenvolvimento urbano. Esses, por sua vez, devem promover a equidade no acesso.

ODM 8 – Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Proporção de domicílios que não possuem microcomputador segundo sexo e cor/raça do chefe, Brasil, 2004



Fonte: IBGE / PNAD 2004. Tabulação especial. Elaboração: IPEA/UNIFEM

No conjunto dos indicadores que foram definidos para este Objetivo, está a ajuda para a capacitação de profissionais que pensarão e negociarão as novas formas de conquistar acesso a mercados e tecnologias, abrindo o sistema comercial e financeiro e promovendo a livre concorrência entre empresas e países.

No Brasil, o acesso à tecnologia revela iniquidades significativas. Mais de 83% das residências não têm computador. A análise por gênero mostra que 85,9% dos domicílios chefiados por mulheres não possuem o equipamento, contra 82,9% dos chefiados por homens. Entre os chefiados por mulheres negras, a existência de computador é menor ainda que entre os chefiados por homens brancos. Nos domicílios chefiados por mulheres em áreas rurais, praticamente não existe o equipamento.

Garantir políticas de acesso à democratização do acesso à informática, com prioridade para mulheres e adolescentes, é uma tarefa dos poderes públicos, ONGs e empresas.





UNICEF – Presente em 155 países, o UNICEF é a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) com mandato da defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No Brasil, o UNICEF trabalha para garantir que cada menino e menina possa sobreviver e se desenvolver, aprender, proteger (-se) do HIV/aids, crescer livre da violência e ser prioridade absoluta nas políticas públicas. Em suas iniciativas, o UNICEF dá prioridade às crianças negras, às indígenas, às que vivem no semi-árido, na Amazônia e nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos. Mais informações: www.unicef.org.br.



UNIFEM – O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM – proporciona assistência técnica e financeira a programas e estratégias inovadoras que promovem os direitos humanos, a participação política e a segurança econômica das mulheres. O UNIFEM trabalha em parceria com agências da ONU, governos, redes e organizações não-governamentais (ONGs) com vistas a promover a igualdade de gênero. Vincula questões de interesse das mulheres a agendas nacionais, regionais e globais, promovendo colaborações e fornecendo capacidade técnica para a transversalização de gênero e as estratégias para empoderar a mulher.



O programa do UNIFEM de combate à pobreza, com as dimensões raciais, étnicas e de gênero é realizado em parceria com AECI (Agência Espanhola de Cooperação Internacional).